



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

04/09/2017 ATÉ 04/09/2017

INDÍCE

1	DESEMBARGADOR	
	1.1 BLOG DIEGO EMIR.....	1
	1.2 BLOG LUÍS CARDOSO.....	2
	1.3 BLOG MARRAPÁ.....	3
	1.4 SITE ATOS E FATOS.....	4
2	PRESIDÊNCIA	
	2.1 BLOG DO NETO FERREIRA	5
	2.2 BLOG LUÍS CARDOSO.....	6
	2.3 O IMPARCIAL ONLINE.....	7
3	PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO (PJE)	
	3.1 SINAL VERDE DE CAXIAS.....	8
4	SINDJUS	
	4.1 SINDJUS.....	9
5	UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO	
	5.1 SITE O MARANHENSE.....	10

Nelma Sarney diz estar sendo vítima de uma campanha sórdida

04/09/2017 16:38:22

Soou no mínimo de forma estranha a notícia divulgada neste domingo (3), no Jornal Pequeno, sobre o caso Bradesco que envolve a desembargadora Nelma Sarney que figura como vítima de um processo de estelionato praticado por uma ex-gerente de banco privado da capital.

Como toda população sabe, Nelma Sarney foi vítima de um grande esquema de agiotagem manipulado pela ex-gerente do Banco Bradesco, Raimunda Célia Moraes, que teria utilizado sem autorização a conta da desembargadora para fazer movimentações.

Ao que parece tudo faz parte do grande plano arquitetado pelo comunista contra a desembargadora Nelma Sarney. Como todos sabem, Dino mantém grande influência com matérias pagas no jornal aliado que publicou a informação e por isso se aproveita do espaço para atacar adversários políticos que não obedecem à sua cartilha ditatorial.

Contra Nelma vem pesando várias denúncias, aparentemente infundadas e sem qualquer base de veracidade, que envolvem cartórios, decisões e casos como esse do Bradesco. O mais hilário em tudo isso é que promotores alinhados ao projeto dinista vêm tentando envolver Nelma, que foi vítima de um golpe, em um caso em que ela não teve qualquer participação.

A bem da verdade, o Ministério Público deveria se envergonhar em contar com membros que ao invés de buscar a defesa dos interesses do cidadão, saem em defesa de grupos políticos. Sejam eles quais forem. A investigação de um membro da corte de Justiça cabe exclusivamente ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), mas alguns insistem em criar imbróglios simplesmente para envolver o nome de Nelma Sarney em um jogo político e sujo para ganhar as páginas de jornais que todos sabem é bancado pelos Leões.

Da corte, espera-se o mínimo de discernimento entre a tradição e respeito às normas que vem prevalecendo no TJMA e o projeto que querem instalar no Tribunal de Justiça bancado pelos governo do Estado. Isso porque o cidadão que espera ver suas lides resolvidas nutre a esperança de ter o mínimo de segurança jurídica nas decisões do colegiado.

Contatada, Nelma Sarney disse não dever absolutamente nada e que muitas especulações começam a surgir provavelmente em razão das eleições do TJMA que se aproximam. Ela garante estar totalmente aberta a qualquer questionamento e que as denúncias vazias são fruto de uma campanha sórdida contra uma mulher, mãe de família, avó e que tem sua vida na magistratura seguida com muita dignidade, ética e respeito às

normas que imperam no Tribunal de Justiça.

Nelma reafirmou que falsas denúncias não a farão desistir de disputar a presidência do TJMA e que nunca foi mulher de fugir das batalhas. **"Sempre enfrentei de frente as adversidades, muitas vezes inclusive contra a vontade de pessoas muito próximas, mas sempre mantive minhas convicções, autonomia e independência para trabalhar com seriedade para levar justiça a todos os cidadãos do meu Estado"**, afirmou.

Nelma classifica como jogo baixo e sujo de pessoas sem escrúpulos as tentativas de querer jogar contra ela desembargadores cujo passado merece respeito e que não merecem ser tratados como peças em um tabuleiro de xadrez. **"Todos os desembargadores que hoje compõem o plenário chegaram lá por competência do árduo trabalho que desempenharam ao longo de suas carreiras e nada devem a ninguém. Não creio que agora, por interesses escusos, os membros alterem o rito e coloquem em xeque a história da terceira corte de Justiça mais antiga do país"**, disse.

Essa afirmação de Nelma Sarney se deve ao fato de que alguns desembargadores, propensos a seguir o projeto dos Leões, podem ser diretamente prejudicados nas próximas eleições para a Mesa Diretora do TJMA.

Questionada de como seria uma possível gestão sua, Nelma garantiu que vai atuar de portas abertas para dialogar com todos: desembargadores, juízes, servidores, sociedade, governo e prefeituras. Na visão da magistrada, as políticas judiciárias precisam ter a ampla participação da sociedade, em razão do seu alcance social.

Se depender do que a desembargadora fez à frente da Corregedoria da Justiça é justamente isso que deve acontecer, já que naquela oportunidade a desembargadora atendeu inúmeras pessoas, de diversas categorias. Sobre isso, Nelma disse que apenas manteve uma política de portas abertas já iniciada pelos desembargadores Jamil Gedeon e Guerreiro Junior, que muito fizeram para melhoria da Justiça de 1º grau.

O post [Nelma Sarney diz estar sendo vítima de uma campanha sórdida](#) apareceu primeiro em [Diego Emir](#).

José Joaquim e Nelma Sarney vão polarizar a eleição do TJ

04/09/2017 16:23:07

A polarização da eleição do Tribunal de Justiça do Maranhão vai ser entre os desembargadores Nelma Sarney e José Joaquim. Joaquim confirmou ao Blog, na última sexta-feira (01), que é candidato à presidência da corte ([reveja](#))

O quadro eleitoral do Tribunal é o mais incerto dentre todas as eleições, sendo atípico devido as circunstâncias que possibilitaram três desembargadores de concorrer ao pleito.

Procurados pela reportagem, alguns magistrados, que preferiram não se identificar, divergiram sobre pontos da eleição como - por exemplo -, Nelma Sarney ser a candidata natural para suceder o presidente Cleones Cunha.

Na avaliação de outro membro da corte, há possibilidade, segundo artigo 102 da Lei Orgânica da Magistratura (LOMAN), de três desembargadores serem elegíveis (disputar a eleição) para a Mesa Diretora do TJ: Nelma Sarney, José Joaquim e Marcelo Carvalho.

Um terceiro desembargador revelou que a eleição está acirrada, inclusive, gerando um racha explícito no Tribunal de grupos pró-Joaquim e pró-Nelma.

A eleição para o biênio 2018/2019, que ocorrerá no dia 4 de outubro, promete esquentar os ânimos dos desembargadores.

Campanha contra Nelma Sarney envolve Flávio Dino e alguns membros do TJ

Judiciário / Maranhão / Política 03-09-2017 às 10:58

• 3 comentários

Para atingir ou tentar tirar a presidência da desembargadora Nelma Sarney, a imprensa que fatura alto no governo comunista de Flávio Dino mirou agora no tabelião do Cartório do 1º Registro de Imóveis de São Luís, Ricardo Gonçalves. E, com a ajuda de um desembargador de alto peso, estão vazando as contabilidades do cartório, como se alguma coisa de anormal tenha acontecido. Só factóide.

Na verdade, estão contra Nelma Sarney os presidente do Executivo, Flávio Dino, e do Judiciário, Cleones Cunha. Unidos, fazem de tudo para impedir que a desembargadora, a primeira da fila para ser escolhida presidente, seja vitoriosa. Por um simples motivo: ela tem Sarney no sobrenome.

A campanha contra Ricardo Gonçalves não vem de hoje. O presidente do TJ ganhou o primeiro round quando conseguiu junto ao CNJ afastar o tabelião, mas perdeu o segundo quando o Supremo Tribunal Federal decidiu reconduzi-lo ao cargo.

Escolheram agora a imprensa bancada por Flávio Dino para atirar contra o cartório e sempre relacionando o nome da desembargadora e do seu genro, deputado Edilázio Júnior.

Flávio Dino morre de medo que Nelma Sarney seja presidente do TJ e atrapalhe seu plano de se perpetuar no poder. Por isso, se aliou ao presidente do Tribunal, mas quem vota são os desembargadores.

O Tribunal de Justiça do Maranhão sempre foi independente e nunca se curvou ao Executivo. Se o fizer agora, estará abrindo um péssimo exemplo que pode resultar em outras intervenções externas e bagunçar o rito normal da escolha da Mesa Diretora, tornando o TJ um poder agachado aos interesses do Palácio dos Leões.

Presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão repudia informações do blog

Política 04-09-2017 às 13:41

• **Comente**

NOTA DE ESCLARECIMENTO - DIREITO DE RESPOSTA

BLOG LUÍS CARDOSO - "CAMPANHA CONTRA NELMA SARNEY ENVOLVE FLÁVIO DINO E ALGUNS MEMBROS DO TJ"

A Presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão repudia veementemente a tentativa de politizar e criar factoides para a eleição da Mesa Diretora do Poder Judiciário do Maranhão, que será realizada no dia 4 de outubro de 2017.

É falsa e irresponsável a informação feita no texto do blog do Luis Cardoso - "Campanha contra Nelma Sarney envolve Flávio Dino e alguns membros do TJ"- de que o presidente do TJMA, desembargador Cleones Carvalho Cunha, está contra Nelma Sarney por qualquer motivo alegado. Também não existe "campanha" contra o tabelião Ricardo Gonçalves; apenas existem questões estritamente administrativas e referentes aos serviços notariais.

O presidente do TJMA, Cleones Cunha, frisa que não há qualquer interferência de outros Poderes na eleição da Mesa Diretora do TJMA e ela se dá estritamente entre os membros da Corte Judicial.

Nota do Blog

O titular do blog, jornalista Luis Cardoso, informou apenas aquilo que lhe foi repassado por alguns membros do Judiciário.

E mais: estranha que documentos da contabilidade do referido cartório, em poder do TJ, estejam sendo vazados exatamente para blogueiros e jornalistas bancados pelo governador Flávio Dino.

E elogia a posição de independência que sempre o Tribuna de Justiça do Maranhão tem tido em toda a sua história de existência.

Tia de Edilázio e ex-assessora de Nelma receberam do cartório de Ricardo Gonçalves

02/09/2017 22:22:36

Blog do Garrone - Recibos que o blog teve acesso revelam que após ser nomeado por Nelma Sarney em junho de 2014 como interino da milionária Serventia do 1º Registro de Imóveis de São Luís, Ricardo da Silva Gonçalves contratou "serviços" de duas pessoas ligadas diretamente à desembargadora, em uma triangulação no mínimo suspeita, cuja a hipotenusa seria o deputado estadual Edilázio Júnior.

Genro de Nelma Sarney, o deputado é a ligação entre as pontas desses dois catetos, seja pelo grau de parentesco e doações às suas campanhas eleitorais, seja pelos cargos em comissão no gabinete da sogra.

De um lado do ângulo reto está a sua própria tia, Raimunda Vânia Almeida Lima. Doadora das duas campanhas do sobrinho (2010 e 2014), ela foi recompensada por Ricardo Gonçalves no dia 5 de novembro de 2014 com o pagamento de R\$ 6 mil, feito através de um simples recibo e sem a devida nota fiscal de pessoa física, a título de serviços prestados no mês de outubro como Escrevente Autorizada 02.

[Continue lendo...](#)

Leia a coluna 'Aparte', por Felipe Klamt

Ê Maranhão - Quando não é por corrupção, nossa terra aparece na mídia nacional pela chacota pública. Mesmo sendo um produto político do tradicional curral do papai pagou, elegeu, o deputado federal André Fufuca (PP) tem suas qualidades. Falta descobrir quais. Verdade que virou a diversão depois que assumiu, interinamente, a presidência da Câmara dos Deputados. Infantil, tentou utilizar do preconceito contra os nordestinos para reclamar das críticas pelo seu servil currículo. Melhor seria não ter um "Papi" como Eduardo Cunha (PMDB). Cansativo - Ficou exaustivo a tentativa dos petistas tentarem atrair o povo a olhar amanhã (5), Praça Pedro II, nos olhos de Lula ouvindo seus ataques a Lava Jato, sem esquecer as desculpas do "eu não sabia nada." Interessante que o local escolhido obriga a presença do governador Flávio Dino (PCdoB), mesmo com o jantar, fora agenda oficial, nesta segunda, no Palácio dos Leões, com os mais íntimos. Falta saber a hora que vai estar reunido com a turma do Sarney. Prefeitos? - Definida a monopolização da eleição de 2018 entre os grupos Sarney e Dino, começou a corrida para ganhar espaço pré dos pré- candidatos a prefeito de São Luís no lugar de Edivaldo Holanda. Apresentados e assumidos na vontade, aparecem Astro de Ogum (PR), Honorato Fernandes (PT), Bira do Pindaré (PSB), Pedro Lucas (PTB), Ivaldo Rodrigues (PDT) e Júlio Pinheiro (PCdoB). Todos querem o espaço de influenciador de votos para cobrar a fatura do próximo governador. Intrigante - Mesmo sendo mastigados por causa da eleição para presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão, a desembargadora Nelma Sarney e o deputado Edilázio Júnior não demonstram a menor preocupação com as denúncias relacionadas a esquemas em cartório e decisões judiciais de proteção de parentes em cabeludos processos. Levando em conta a inércia e corporativismos dos membros do Tribunal e do CNJ, tudo fica como está. Nada.

Judiciário maranhense dá prosseguimento à implantação do processo judicial eletrônico

Publicado às 04/09/17 09h23 0 21

Dando cumprimento ao cronograma de expansão do sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe) para o ano de 2017, o Poder Judiciário do Maranhão já instalou a plataforma digital para a prática de atos processuais em 16 unidades jurisdicionais de 11 comarcas de entrância intermediária da Justiça estadual. Até o mês de dezembro, o sistema será implantado em 46 unidades de 25 comarcas de entrância intermediária, atendendo à Resolução nº 185/2013 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que estabelece a implantação do sistema em 100% dos órgãos julgadores de 1º e 2º Graus nos tribunais de médio porte para este ano.

A medida - regulamentada na Portaria Conjunta 6/2017, assinada pelo presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha, e pela corregedora-geral da Justiça, desembargador Anildes Cruz - contempla as unidades jurisdicionais das comarcas de Coelho Neto, Presidente Dutra, Tuntum, Colinas, São Domingos do Maranhão, Barreirinhas, Rosário, Araioses, Vargem Grande, Brejo, Chapadinha, Santa Inês, Zé Doca, Buriticupu, Santa Luzia, Maracaçumé, Santa Helena, Pinheiro, Viana, Bacabal, Lago da Pedra, Barra do Corda, Pedreiras, Estreito e Porto Franco.

As classes processuais e as competências listadas incluem recuperação de empresas; cível e comércio; registros públicos; família e casamento; guarda e responsabilidade; tutela, curatela e ausência; sucessões, inventário, partilhas, arrolamentos e alvarás; fazenda pública estadual e municipal; saúde pública, meio ambiente e urbanismo; interesses difusos e coletivos; interesses individuais homogêneos; cartas precatórias e cartas de ordem das competências elencadas.

A implantação do processo eletrônico nas unidades jurisdicionais mencionadas não prevê a desmaterialização dos processos que atualmente tramitam em suporte físico na fase de conhecimento. Os autos de processos eletrônicos criados no ambiente do PJe a serem remetidos a outro Juízo ou instância superior, que não disponham de sistema compatível para remessa eletrônica, devem ser impressos em papel e autuados em conformidade com o disposto no artigo 12, parágrafo 4º da Lei nº 11419/2016.

As citações, notificações e intimações das partes e procuradores cadastrados serão feitas em portal próprio, disponível no painel de usuário do sistema de processo eletrônico da Justiça Estadual.

AMPLIAÇÃO NO 2º GRAU - O sistema de Processo Judicial Eletrônico teve sua utilização ampliada no âmbito da Justiça de 2º Grau, conforme a Portaria 338/2017, da Presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Desde o dia 30 de junho deste ano, o processo judicial, a prática dos atos processuais e sua representação por meio eletrônico já são feitos exclusivamente pelo PJe, nas cinco Câmaras Cíveis Isoladas, nas duas Câmaras Cíveis Reunidas, na Seção Cível, nas três Câmaras Criminais Isoladas, nas Câmaras Criminais Reunidas e no Pleno do TJMA.

Entre as classes processuais listadas no grupo cível estão os processos originários; ação rescisória; mandado de segurança; mandado de segurança coletivo; mandado de injunção; ação civil de improbidade administrativa; ação civil pública; ação popular; ação declaratória de constitucionalidade; ação direta de inconstitucionalidade; habeas corpus; habeas data; intervenção em municípios; suspensão de execução de sentença; suspensão de liminar e de sentença; suspensão de liminar ou antecipação de tutela e restauração de autos.

O grupo criminal, por sua vez, inclui atos e expedientes; petição; habeas corpus; exceções; coisa julgada; exceção de impedimento; exceção de suspeição; ilegitimidade de parte; incompetência de Juízo; litispendência; mandado de segurança; agravo de execução penal; agravo de instrumento em recurso especial; agravo de instrumento em recurso extraordinário; carta testemunhável; correição parcial; embargos de declaração; embargos infringentes e de nulidade; e recurso em habeas corpus.

Fonte: Ascom

Sindjus-MA embarga a decisão do TJMA no IRDR dos 21,7%

3/09/2017 | 18:00

O Sindjus-MA opôs, no último dia 29 de agosto, embargos de declaração à decisão do Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) sobre o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) da Lei Estadual nº 8.369/2006. Em sessão plenária realizada no dia 14 de junho passado, a maioria dos desembargadores do TJMA decidiu que a Lei em questão não é de revisão geral da remuneração dos servidores e, portanto, os servidores estaduais não têm o direito à diferença de 21,7% desde abril de 2006.

A finalidade dos embargos é reverter o entendimento do TJMA, reforçando a possibilidade de decisão favorável aos servidores no julgamento dos Embargos Infringentes pela Seção Cível do próprio TJMA. Os Embargos Infringentes pedem a modificação da decisão proferida na Ação Rescisória nº 36.586, movida pelo Governo do Estado em 2014, a qual anulou a sentença que garantia os 21,7% aos servidores do Poder Judiciário do Maranhão.

O advogado Guilherme Zagalo, Aníbal Lins; o desembargador Marcelino Ewerton, que foi relator da Ação Rescisória movida pela PGE contra os 21,7%; e os advogados Pedro Duailibe Mascarenhas e Danilo Canhota. O advogado Guilherme Zagalo, Aníbal Lins; o desembargador Marcelino Ewerton, que foi relator da Ação Rescisória movida pela PGE contra os 21,7%; e os advogados Pedro Duailibe Mascarenhas e Danilo Canhota.

Tribunais superiores

Os embargos de declaração também são o primeiro passo para a apresentação de recurso especial ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal. “A luta judicial prossegue. Pretendemos recorrer aos Tribunais Superiores para garantir aos servidores a manutenção dos 21,7% nos seus vencimentos, bem como garantir o recebimento dos retroativos”, afirmou o presidente do Sindjus-MA, Aníbal Lins.

O diretor de Assuntos Jurídicos do Sindjus-MA, Artur Estevam Filho; e o presidente do Sindicato Aníbal Lins O diretor de Assuntos Jurídicos do Sindjus-MA, Artur Estevam Filho; e o presidente do Sindicato Aníbal Lins

Projeto de Lei

Na mesma quarta-feira, 14 de junho, em que o Pleno do TJMA decidiu contra os servidores no IRDR dos 21,7%, a diretoria do Sindjus-MA protocolou o requerimento administrativo Nº 27.334/2017 que solicita ao presidente do TJMA, desembargador Cleones Cunha, que submeta ao Pleno Administrativo do Tribunal – para posterior envio à Assembleia Legislativa do Maranhão – o Projeto de Lei de incorporação dos 21,7% aos vencimentos dos servidores efetivos e comissionados; ativos e aposentados, e também pensionistas do TJMA. “Vamos manter a luta paralela para que o TJMA envie Projeto de Lei à Assembleia Legislativa, propondo a incorporação dos 21,7% aos vencimentos dos servidores. Essa proposta também consta no projeto do novo Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos que aguarda votação pelo Pleno do TJMA e que foi aprovado na Comissão de Assuntos Legislativos do TJMA, por unanimidade”, lembrou Aníbal Lins.

ELEIÇÕES TJMA: Nelma Sarney diz ser vítima de uma campanha sórdida

04/09/2017 16:53:52

Soou no mínimo de forma estranha a notícia divulgada neste domingo (3), no Jornal Pequeno, sobre o caso Bradesco que envolve a desembargadora Nelma Sarney que figura como vítima de um processo de estelionato praticado por uma ex-gerente de banco privado da capital.

Como toda população sabe, Nelma Sarney foi vítima de um grande esquema de agiotagem manipulado pela ex-gerente do Banco Bradesco, Raimunda Célia Moraes, que teria utilizado sem autorização a conta da desembargadora para fazer movimentações.

Ao que parece tudo faz parte do grande plano arquitetado pelo comunista contra a desembargadora Nelma Sarney. Como todos sabem, Dino mantém grande influência com matérias pagas no jornal aliado que publicou a informação e por isso se aproveita do espaço para atacar adversários políticos que não obedecem à sua cartilha ditatorial.

Contra Nelma vem pesando várias denúncias, aparentemente infundadas e sem qualquer base de veracidade, que envolvem cartórios, decisões e casos como esse do Bradesco. O mais hilário em tudo isso é que promotores alinhados ao projeto dinista vêm tentando envolver Nelma, que foi vítima de um golpe, em um caso em que ela não teve qualquer participação.

A bem da verdade, o Ministério Público deveria se envergonhar em contar com membros que ao invés de buscar a defesa dos interesses do cidadão, saem em defesa de grupos políticos. Sejam eles quais forem. A investigação de um membro da corte de Justiça cabe exclusivamente ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), mas alguns insistem em criar imbróglios simplesmente para envolver o nome de Nelma Sarney em um jogo político e sujo para ganhar as páginas de jornais que todos sabem é bancado pelos Leões.

Da corte, espera-se o mínimo de discernimento entre a tradição e respeito às normas que vem prevalecendo no TJMA e o projeto que querem instalar no Tribunal de Justiça bancado pelos governo do Estado. Isso porque o cidadão que espera ver suas lides resolvidas nutre a esperança de ter o mínimo de segurança jurídica nas decisões do colegiado.

Contatada, Nelma Sarney disse não dever absolutamente nada e que muitas especulações começam a surgir provavelmente em razão das eleições do TJMA que se aproximam. Ela garante estar totalmente aberta a qualquer questionamento e que as denúncias vazias são fruto de uma campanha sórdida contra uma mulher, mãe de família, avó e que tem sua vida na magistratura seguida com muita dignidade, ética e respeito às

normas que imperam no Tribunal de Justiça.

Nelma reafirmou que falsas denúncias não a farão desistir de disputar a presidência do TJMA e que nunca foi mulher de fugir das batalhas. **"Sempre enfrentei de frente as adversidades, muitas vezes inclusive contra a vontade de pessoas muito próximas, mas sempre mantive minhas convicções, autonomia e independência para trabalhar com seriedade para levar justiça a todos os cidadãos do meu Estado"**, afirmou.

Nelma classifica como jogo baixo e sujo de pessoas sem escrúpulos as tentativas de querer jogar contra ela desembargadores cujo passado merece respeito e que não merecem ser tratados como peças em um tabuleiro de xadrez. **"Todos os desembargadores que hoje compõem o plenário chegaram lá por competência do árduo trabalho que desempenharam ao longo de suas carreiras e nada devem a ninguém. Não creio que agora, por interesses escusos, os membros alterem o rito e coloquem em xeque a história da terceira corte de Justiça mais antiga do país"**, disse.

Essa afirmação de Nelma Sarney se deve ao fato de que alguns desembargadores, propensos a seguir o projeto dos Leões, podem ser diretamente prejudicados nas próximas eleições para a Mesa Diretora do TJMA.

Questionada de como seria uma possível gestão sua, Nelma garantiu que vai atuar de portas abertas para dialogar com todos: desembargadores, juízes, servidores, sociedade, governo e prefeituras. Na visão da magistrada, as políticas judiciárias precisam ter a ampla participação da sociedade, em razão do seu alcance social.

Se depender do que a desembargadora fez à frente da Corregedoria da Justiça é justamente isso que deve acontecer, já que naquela oportunidade a desembargadora atendeu inúmeras pessoas, de diversas categorias. Sobre isso, Nelma disse que apenas manteve uma política de portas abertas já iniciada pelos desembargadores Jamil Gedeon e Guerreiro Junior, que muito fizeram para melhoria da Justiça de 1º grau.

Diego Emir

CNJ | UMF entrega relatório semestral ao Departamento de Sistema Carcerário

04/09/2017 14:21:30

O desembargador Froz Sobrinho, coordenador-geral da Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (UMF) do Tribunal de Justiça do Maranhão, entregou, no dia 29 de agosto, no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o relatório semestral da unidade à juíza auxiliar da Presidência e coordenadora do Departamento do Sistema Carcerário -DMF, Maria de Fátima Alves da Silva.

O relatório contém todas as informações e providências levadas a efeito pela UMF, no principal objetivo de promover a articulação de várias instituições governamentais e não-governamentais que atuam nas diversas áreas que compõem a execução penal, em conformidade com as resoluções sobre o tema do Conselho Nacional de Justiça.

De acordo com a juíza Maria de Fátima Silva, os trabalhos desenvolvidos pela Unidade de Monitoramento Carcerário do TJMA são reconhecidos pelo CNJ, inclusive com total interesse da presidente do CNJ, ministra Carmem Lúcia, em conhecê-los com mais detalhamento.

Além dos dois magistrados, participaram da audiência o coordenador Executivo da UMF, Ariston Apoliano, e o assessor-chefe do Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (DMF) do CNJ, Renato de Vitto.